



**“POSTO DE TRABALHO NÃO TEM PREÇO”
É UM LEMA DO SINTTAV QUE CONTINUA ACTUAL
GRANDE CAPITAL E PODER POLÍTICO, SEMPRE DE MÃOS DADAS
UMA EMPRESA QUE NECESSITA DE TRABALHADORES, O QUE FAZ É REDUZIR ESTES**

No fim de semana, uma das notícias que ocupou a Comunicação Social, foi a saída de 1.200 trabalhadores da MEO. Como certamente a MEO já tinha ultrapassado o nº de quotas para o subsídio de desemprego, pediu ao governo que considerasse “o estatuto de empresa em transformação” para alargar o nº das referidas quotas (Despacho 2/2026, da Secretaria de Estado).

O Governo, o mesmo que preparou o “Pacote Laboral”, que é a maior afronta aos trabalhadores desde o 25 de Abril, cedeu logo às pretensões da MEO, proferindo um despacho para o alargamento do nº de quotas para o subsídio de desemprego, porque este governo está sempre de mãos dadas com o grande capital.

A MEO NÃO TEM TRABALHADORES A MAIS, TEM É A MENOS.

Uma empresa como a MEO, implantada de Norte a Sul e da Madeira aos Açores, já com menos de 5.000 trabalhadores, levando mais uma “machadada” de 1.200, não tem capacidade de resposta para os seus compromissos com a sociedade.

Que o digam as não se sabe quantas centenas de clientes que continuam há mais de quatro meses sem telefone nem internet, desde a catástrofe e não sabem quando vão ter os serviços operacionais pelos quais pagam e bem.

A MEO, embora seja uma empresa privada, tem responsabilidades com os serviços que está obrigada a garantir à sociedade, mas a ganância do lucro sobrepõe-se.

O OBJECTIVO DO LUCRO ESTÁ ACIMA DE TUDO.

Não há dúvidas que quando a Altice comprou a PT, a única preocupação era o máximo lucro no mínimo tempo possível, não tem tido quaisquer preocupações com o serviço a ser prestado aos clientes.

Assim, a Altice por um lado foi vendendo a PT “aos retalhos” e paralelamente foi reduzindo sistematicamente os efectivos, estes já não andarão longe dos 4.000, porque quanto menos trabalhadores a MEO tiver, maior é o valor do que resta para ser vendido.

Sabe-se que a Altice tem uma dívida astronómica e por isso procura arranjar dinheiro onde pode, vendendo tudo, mas é um problema alheio aos trabalhadores.

Na informação divulgada pela comunicação social, diz-se que a “MEO tem privilegiado as saídas por mútuo acordo, acompanhadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores”.

O SINTTAV não sabe bem o que é esse acompanhamento, quando o que se passou foi numa reunião a MEO informar que ia avançar com outra redução de efectivos.

O POSTO DE TRABALHO NÃO TEM PREÇO.

O SINTTAV definiu este lema em 1994, quando o Todo Bom queria despedir 3.000 trabalhadores e pela luta que o SINTEL moveu nessa altura, ele só conseguiu despedir menos de 3 centenas.

Os trabalhadores são livres de negociar uma saída por mútuo acordo, o problema é que passado algum tempo, não têm dinheiro nem emprego, conhecendo-se trabalhadores que rescindiriam com menos de 50 anos de idade.

Por isso a recomendação do SINTTAV mantém-se válida, o “Posto de Trabalho Não Tem Preço”, sugerindo aos trabalhadores que antes de assinar meditem bem e façam contas.

DIREITO AO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O tempo de 720 dias no desemprego aos subscritores da CGA não conta como tempo para a carreira contributiva.

Os trabalhadores com direito à Segurança Social/CNP terão geralmente 900 dias de subsídio de desemprego e conta como tempo de carreira contributiva.

Convém analisar bem antes de qualquer decisão.

O SINTTAV estará sempre disponível para esclarecer as dúvidas que surjam.

SINTTAV, O SINDICATO QUE TE DEFENDE.